

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 12 a 16/12/2016

- [Programa catarinense Novos Caminhos forma 182 adolescentes acolhidos](#)
- [Tribunal de Justiça gaúcho inicia busca por interessados em adotar](#)
- [Polícia Civil recolhe menores em situação de vulnerabilidade no Ceasa](#)
- [Unicef premia 35 cidades de PE por desenvolver ações para a infância](#)
- [STJ decide que ECA prevalece sobre lei previdenciária em favor de criança sob guarda](#)
- [Documentário “O Começo da Vida” ganha portal com conteúdo inédito sobre primeira infância](#)
- [Lei desobriga servidor que tem filho com deficiência de compensar horário](#)
- [Internos da Fundação Casa veem no Enem esperança de uma nova vida](#)
- [Em PE, dobra número de detenções por pornografia infantil na internet](#)
- [Preso que foi denunciado pelo Google por pedofilia na internet é libertado](#)
- [Vara da Infância e Juventude de Palmares promove Curso de Pretendentes à Adoção](#)
- [Coca-Cola, Nestlé e mais empresas unificam regras para publicidade infantil](#)
- [Jovens contam como é viver sem ler nem escrever direito na cidade de São Paulo](#)
- [Mulheres e crianças têm menos acesso à saúde na América Latina, diz Unicef](#)
- [Reino Unido é primeiro país a legalizar filhos com DNA de três progenitores](#)
- [Mães adotantes terão direito a mesmo período de licença-maternidade concedido a gestantes](#)
- [Programa Mãe Coruja recebe prêmio em defesa dos direitos da criança](#)
- [Prêmio Márcia Dangremon destaca personalidades engajadas na defesa da criança e do adolescente](#)
- [Meta 8 do CNJ incentivou práticas de Justiça Restaurativa pelo país em 2016](#)
- [Iniciativas de empoderamento de meninas são lançadas em Brasília](#)

Assunto: Programa catarinense Novos Caminhos forma 182 adolescentes acolhidos

Fonte: CNJ

Data: 12/12/2016



O programa Novos Caminhos promoveu, em Florianópolis (SC), a formatura de uma nova turma, com 182 adolescentes. Eles participaram de cursos de qualificação técnica para o mercado de trabalho. O programa beneficia jovens que participam de programas de acolhimento do estado e, ao completar 18 anos, precisam deixar os abrigos onde vivem.

Para o desembargador Sergio Izidoro Heil, segundo vice-presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), a formatura ratifica a importância do programa iniciado em 2013. "A ideia era preparar um grupo menor, e hoje estamos com mais de 650 adolescentes capacitados e 112 trabalhando. Isso é uma alegria muito grande porque é um resgate o que estamos fazendo, uma quebra de paradigmas. Esses adolescentes, quando eram liberados das casas de acolhimento, não tinham para onde ir e não tinham nenhum preparo para a vida, e é isso que estamos fazendo", afirmou.

Para o desembargador, os ganhos são inestimáveis. "É uma reescrita da história de cada um. É importante ter esperança nas oportunidades oferecidas para uma sociedade mais justa e coerente", ressaltou. "É uma alegria saber que estes jovens, com força, dedicação e esforço, estão concluindo esses cursos e tendo novas oportunidades, sonhos, perspectivas e caminhos", acrescentou a desembargadora Soraya Nunes Lins, coordenadora estadual da Infância e da Juventude do TJSC.

Desde a implantação, o Novos Caminhos atendeu 653 adolescentes de 76 municípios catarinenses, que participaram de capacitações realizadas por equipes do Senai, Sesi e IEL. Juntas, as entidades realizaram mais de 6,5 mil matrículas por meio do programa, e 112 jovens foram encaminhados ao mundo. E a iniciativa continua. "O programa será permanente, pois os impactos que estamos alcançando são muito positivos e é nosso dever contribuir para que essa juventude tenha uma boa formação", prometeu o presidente da Fiesc, Glauco José Côrte.

A Iniciativa é uma parceria do tribunal, Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SC) e Ministério Público. O presidente da AMC, Odson Cardoso Filho, destacou que juízes e desembargadores também são parceiros do programa. "Estamos fazendo um resgate social. Pessoas que se encontravam à margem, que não têm abrigo nas suas famílias, estão tendo essa oportunidade", disse. As 16 assistentes sociais do Poder Judiciário, responsáveis pelo programa nas regiões com os adolescentes, participaram da formatura como forma de reconhecimento pelo trabalho.

Assunto: Tribunal de Justiça gaúcho inicia busca por interessados em adotar

Fonte: CNJ

Data: 12/12/2016



Ampliar as possibilidades das crianças e adolescentes disponíveis para adoção encontrarem um lar é o objetivo do projeto Busca-se, da Coordenadoria da Infância e Juventude do Rio Grande do Sul. A proposta qualifica e amplia as ações de localização de pessoas habilitadas que tenham interesse de flexibilizar o perfil desejado e, assim, permitir a vinculação com as crianças e adolescentes aptas à adoção.



A coordenadora da CIJRS, juíza corregedora Andréa Rezende Russo, considera que a iniciativa vai ao encontro dos propósitos da campanha "Deixa o amor de surpreender". "O projeto é muito importante para ampliar as possibilidades de adoção de crianças e adolescentes disponíveis no Rio Grande do Sul, consideradas de difícil colocação por não se encaixarem no perfil mais procurado pelos pretendentes habilitados", conta.

O estado conta com 586 crianças e adolescentes aptos no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e em torno de 5,2 mil habilitados disponíveis. Conforme dados do mês de setembro, as crianças e adolescentes que permanecem disponíveis no CNA fazem parte de perfis específicos: grupos de irmãos (68,94%), crianças acima dos 10 anos (90,03%) e com síndromes ou deficiências (26,91%).

Remessa - O projeto será executado pela Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJRS) em parceria com os magistrados da Infância e Juventude e suas equipes. O magistrado determinará a remessa para a CIJRS dos dados básicos do jovem para inscrição no projeto, certificando que não foram localizados pretendentes compatíveis ao perfil no CNA. A coordenadoria irá elaborar uma tabela a partir dos dados remetidos pelas comarcas.

O contato inicial dos interessados na adoção será com a equipe da CIJRS, que irá verificar se a pessoa é habilitada para adoção e, se positivo, será encaminhado o contato para a comarca de origem da criança proceder os demais procedimentos. Caso a pessoa não seja habilitada, receberá orientações para encaminhar o processo de habilitação na comarca de residência.

A comarca de origem da criança ou adolescente indicado para o projeto deverá realizar busca sistemática de pretendentes no CNA. O projeto terá avaliação e controle da equipe técnica da

Coordenadoria da Infância e Juventude do Rio Grande do Sul, com a realização de estatísticas dos encaminhamentos e efetivações de adoções e habilitações.

Assunto: Polícia Civil recolhe menores em situação de vulnerabilidade no Ceasa

Fonte: Portal G1 PE

Data: 12/12/2016



Departamento de Polícia da Criança e Adolescente de Pernambuco (DPCA) desenvolve nesta segunda-feira (12) uma ação preventiva e de acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidade social no Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco (Ceasa), no bairro do Curado, Zona Oeste do Recife. A operação é realizada em parceria com o Conselho Tutelar. No local, passam mais de 40 mil pessoas por dia.

Durante a operação, foram recolhidos quatro menores de idade, que estavam em situação de mendicância no Ceasa. De acordo com o delegado Ademir Oliveira, gestor do DPCA, o propósito inicial da ação foi o de prevenir a violação dos direitos das crianças e adolescentes na região. Ações de panfletagem e conscientização estão sendo realizadas no centro de distribuição, que serão repetidas ao longo do ano que vem.

“Os menores estavam em situação de miséria, pedindo dinheiro e mercadorias no local. Esses jovens ficam expostos a todo tipo de violência e violação de direitos. Todos os que apreendemos serão encaminhados ao Conselho Tutelar, que identificará os pais que, se for o caso, poderão até ser responsabilizados”, disse o delegado. Ainda segundo ele, o Serviço Social também participa da ação, fazendo o primeiro acolhimento aos menores de idade.

Expansão

De acordo com o delegado Ademir, também há um projeto em curso, para retirar os menores de idade em situação de vulnerabilidade no bairro do Recife, no centro da capital. O projeto ainda está sendo elaborado, mas ele adianta que a situação é ainda mais grave, já que também há denúncias de que os jovens praticam pequenos roubos e assaltos na região.

Assunto: Unicef premia 35 cidades de PE por desenvolver ações para a infância
--

Fonte: Portal G1 PE

Data: 12/12/2016



Municípios pernambucanos recebem, nesta segunda-feira (12), um certificado do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) por avanços na saúde, educação e participação social em direção à redução das desigualdades que atingem crianças e adolescentes. Ao todo, 35 cidades do estado são contempladas com o selo Unicef Município Aprovado na Edição 2013 – 2016.

A solenidade ocorre no teatro de Santa Isabel, no Centro do Recife. O evento faz parte do encerramento desta edição da premiação no Semiárido, que acontece até segunda-feira (19), em 10 estados.

No semiárido, foram 1.502 municípios convidados em 2013. Desse total, 1.134 se inscreveram e 658 seguiram na iniciativa até 2016. As 308 cidades certificadas integram o grupo dos que mais se destacaram, realizando pelo menos 70% das ações previstas na metodologia criada pelo Fundo das Nações Unidas.

De acordo com o Unicef, 35 municípios fortaleceram as políticas públicas orientadas à infância e à adolescência e deram especial atenção a ações integradas entre as áreas de saúde, educação, proteção e assistência social das gestões municipais e estaduais para se alcançar resultados.

Selo

O Selo é uma metodologia do Fundo das Nações Unidas para a Infância para estimular os municípios a implementar políticas públicas para diminuir as desigualdades e garantir os direitos das crianças e dos adolescentes previstos na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A metodologia desta edição inclui várias ações. Entre elas, estão as estratégicas (o que os municípios precisam realizar) e Indicadores de Impacto Social (os resultados que os municípios precisam melhorar). Eles envolvem sete direitos: de sobreviver e se desenvolver; de aprender; de proteger-se e ser protegido do HIV/AIDS; de crescer sem violência; de ser adolescente; de ser prioridade nas políticas públicas; e de brincar, praticar esportes e se divertir.

O UNICEF capacita gestores e técnicos das secretarias municipais para qualificar a elaboração e execução das políticas públicas e para estimular que elas continuem mesmo após o fim de cada edição.

Confira os municípios contemplados:

Águas Belas

Arcoverde
Bezerros
Bonito
Brejinho
Cabrobó
Caruaru
Casinhas
Cedro
Flores
Ibimirim
Itacuruba
Itambé
João Alfredo
Lagoa Grande
Limoeiro
Orobó
Panelas
Petrolândia
Petrolina
Poção
Salgueiro
Santa Cruz da Baixa Verde
Santa Maria da Boa Vista
Santa Terezinha
São Bento do Una
São Caitano
São José do Egito
Serra Talhada
Sertânia
Surubim
Tacaimbó
Tacaratu
Tuparetama
Venturosa

Assunto: STJ decide que ECA prevalece sobre lei previdenciária em favor de criança sob guarda

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 12/12/2016



A Corte Especial do STJ fixou nesta quarta-feira, 7, a prevalência do ECA em detrimento de lei previdenciária no que concerne ao direito de pensão por morte de menor de idade cuja guarda judicial era de servidora pública.

A decisão unânime foi a partir do voto do relator, ministro João Otávio de Noronha, que fez sérias críticas em relação à atitude dos Administradores que, na intenção de combater fraudes, acabam suprimindo direitos constitucionalmente fixados.

No caso, o INSS alegou que tem o poder-dever de verificar a legalidade dos atos de concessão de benefícios, sobretudo no caso em que o óbito do instituidor ocorreu após a alteração legislativa que excluiu o menor sob guarda do rol de dependentes.

A entidade insurgiu-se contra o acórdão do TRF da 4ª região segundo o qual “não havendo qualquer indício de que o beneficiário tenha agido de má-fé, apresentando provas falsas da atividade exercida, não há como se admitir o cancelamento de um benefício depois de decorridos mais de cinco anos da data do deferimento por força de simples reanálise da prova”.

A JF, ao restabelecer o pagamento da pensão, assentou: “A alteração do art. 16 da Lei 8.213/91 feita pela Lei 9.528/97, que exclui do rol de dependentes o menor sob guarda, não revoga o artigo 33, § 3º, da 8.069/90.”

Assistência integral

O ministro Noronha categoricamente afirmou que “a Constituição garante a assistência integral” e assim não há como “lei previdenciária suprimir o que prevê o ECA”.

Todos os presentes à sessão reafirmaram a importância do tema. A ministra Maria Thereza, embora também tenha acompanhado o relator, fez a ressalva do entendimento pessoal que prevalecia na 3ª seção antes da mudança de competência da matéria, afirmando: “Muitas vezes o servidor público obtém a guarda, embora não more com a criança, para que um dia após a morte a criança possa se valer da pensão.”

Atual corregedor nacional de Justiça, Noronha disse estar impressionado com as situações das crianças e adolescentes no país.

“Não posso acreditar no Brasil que o argumento de fraude suprima direitos legítimos da criança e do adolescente. A fraude deve ser combatida individualmente. Não se pode sob argumento de fraude negar direitos, sob pena de lotarmos os abrigos de menores.”

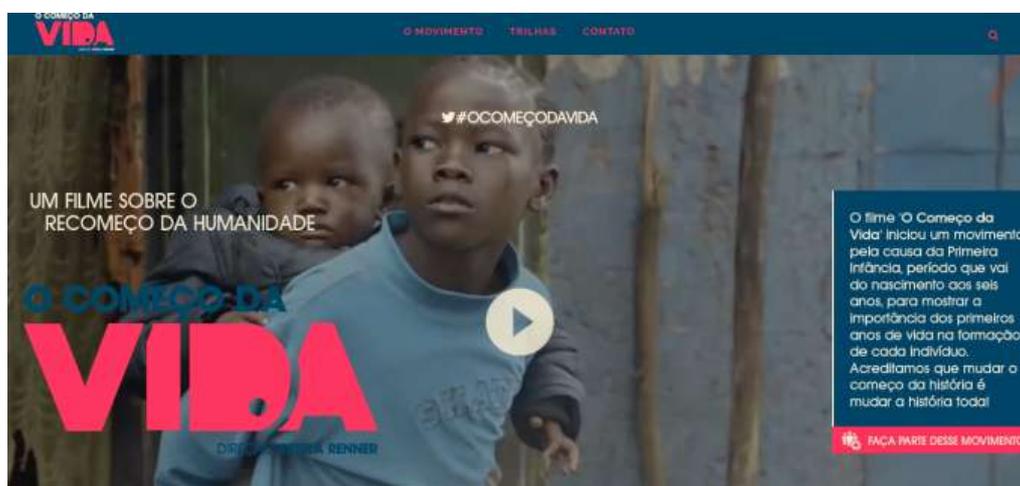
O ministro Napoleão apontou que o julgamento é, possivelmente, “um divisor de águas no entendimento jurisprudencial” acerca da matéria.

Processo relacionado: EREsp 1.141.788

Assunto: Documentário “O Começo da Vida” ganha portal com conteúdo inédito sobre primeira infância

Fonte: Rede Nacional Primeira Infância

Data: 12/12/2016



Além do documentário “O Começo da Vida”, dirigido por Estela Renner, o portal (www.ocomecodavida.com.br) traz conteúdo inédito destinado a disseminar informações sobre cuidados com a primeira infância, composto por uma série de TV com seis capítulos de 45 minutos, 25 pílulas com menos de 4 minutos, spots de rádio e diversos papers e estudos publicados por especialistas.

“O filme foi selecionado como ferramenta de comunicação da campanha do Unicef sobre Primeira Infância, por isso decidimos incluir mais materiais para que possa servir para disseminar conhecimento. ”, diz Roberta Rivellino, gerente de comunicação da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. “Entendemos que o audiovisual é muito poderoso nesse sentido, por trazer uma linguagem clara, fácil e que sensibiliza”, conclui a executiva.

O documentário baseia-se em um dos maiores avanços da neurociência nos últimos anos sobre os primeiros anos da primeira infância – período que vai da gestação aos seis anos. A constatação de que os bebês se desenvolvem não apenas a partir de seu DNA, mas da combinação entre sua carga genética e as relações com aqueles que os rodeiam.

O Começo da Vida é uma produção da Maria Farinha Filmes, apresentado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Bernard Van Leer, Instituto Alana e o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

O filme é dublado em seis idiomas (inglês, português, espanhol, francês, árabe e chinês) e legendado em 21 (inglês, português, espanhol, francês, alemão, italiano, árabe, finlandês, norueguês, sueco, português europeu, dinamarquês, holandês, castelhano, japonês, duas versões em chinês, coreano, russo, turco e indonésio). Também estará acessível em LIBRAS (língua brasileira de sinais), closed caption (ou legenda fechada) e audiodescrição, no aplicativo MovieReading – disponível para smartphones e tablets.

Assunto: Lei desobriga servidor que tem filho com deficiência de compensar horário

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 13/12/2016



Foi publicada hoje (13) no *Diário Oficial da União* a Lei 13.370/2016, que estende o direito a horário especial ao servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência de qualquer natureza e que revoga a exigência de compensação de horário nesse tipo de caso.

A lei foi sancionada pelo presidente Michel Temer ontem (12). Até então, apenas funcionários com deficiência tinham direito ao horário especial sem necessidade de compensação, de acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União.

Com a mudança, os funcionários públicos que têm cônjuges, filhos ou dependentes com algum tipo de deficiência terão direito a trabalhar em horário especial para o acompanhamento dos familiares em atividades relacionadas à saúde da pessoa com deficiência.

De autoria do senador Romário (PSB-RJ), o projeto de lei aprovado no Senado e na Câmara foi enviado a Temer para sanção no último dia 1º.

Assunto: Internos da Fundação Casa veem no Enem esperança de uma nova vida

Fonte: Portal G1

Data: 13/12/2016



Mudar de vida, ter um futuro melhor, viver outra realidade. Esses são alguns sonhos de jovens que estão internados na Fundação Casa de São Carlos (SP) e que vão prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Seis internos realizam a prova nesta terça (13) e quarta-feira (14), em um programa específico para pessoas que estão privadas de liberdade.

Em Rio Claro, 19 jovens dos 75 internos estão inscritos para o Enem PPL. Já em Araraquara, onde há 102 internos, três farão a prova. Ao menos 1.436 adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação ou estão no programa de internação provisória em 118 centros da Fundação no Estado de São Paulo foram inscritos para prestar exame. O índice de candidatos inscritos este ano é 24,4% maior do que em 2015, quando 1.154 foram habilitados para prestar a prova.

Incentivo e recomeço

O **G1** visitou a unidade de São Carlos, onde atualmente há 64 internos, e conversou com seis candidatos que prestam o Enem.

Detido por roubo, Pedro* tem 18 anos e está na Fundação há quatro meses. Ele contou que aproveita o tempo para estudar e vai tentar uma vaga no curso de engenharia mecânica. "Almejo um futuro melhor, quero me formar, ter uma família e vejo essa oportunidade como uma mudança de vida", disse.



Internos realizam a prova do Enem nesta terça e quarta-feira na unidade

Carlos, que está na unidade há três meses e cumpre medida socioeducativa por homicídio, sonha com o mesmo curso. Quando estava em liberdade, estudou até o segundo colegial. Agora vai prestar o Enem pela primeira vez e disse estar ansioso. "Não sei como vai ser, mas quero passar. Conteí para a minha mãe e ela ficou feliz, falou para eu pegar firme", relatou o jovem de 18 anos.

Não gostava de estudar

Há um mês na Fundação, Paulo está detido desta vez por tentativa de latrocínio. Na primeira vez que passou pela unidade foi por tentativa de homicídio. Disposto a mudar de vida, passou a estudar e também sonha com uma vaga no curso de mecânica.

"Quero sair daqui, melhorar, dar uma casa para a minha mãe. Acho que ela vai ficar orgulhosa, porque sempre me incentivou a estudar", contou o rapaz de 18 anos. Apesar disso, ele afirmou que não gostava. "Tinha até esquecido, mas hoje em dia sei que é bom. Tento prestar o máximo de atenção na aula e tirar dúvidas", disse.



Jovens da Fundação Casa falam sobre expectativa de realizar o Enem

mim. Ele ficou feliz e minha mãe também", relatou o jovem, que disse ter dificuldades em português e redação.

Bom aluno

Bruno, que está detido há três meses por tráfico de drogas, disse que se considera um bom aluno. Quando estava em liberdade, gostava de ir à escola, onde estudou até o segundo ano colegial. O jovem de 17 anos disse que gosta de português e matemática e quando tem dúvidas anota tudo no caderno e pergunta aos professores.



Coordenadora pedagógica diz que educação é a base do trabalho

Já o colega Marcos vai realizar o exame como treineiro. Pela segunda vez na Fundação, o jovem de 18 anos cumpre pena por tentativa de homicídio. O primeiro delito foi assalto. "Decidi prestar para buscar um futuro porque percebi que essa vida não compensa, não se consegue nada ficando preso", contou.

Ele, que frequentou a escola até o segundo colegial, disse que faltava muito e que não gostava de estudar. "Aqui vi que escola é boa. Um dia quero fazer mecânica industrial, escolhi o curso por causa do meu tio, que é bem sucedido e um exemplo para



Internos estudam pela manhã e à tarde têm cursos profissionalizantes

Ele vê nos estudos a oportunidade para cursar mecânica, a profissão do cunhado, uma referência para ele. "A minha mãe falou que é uma boa oportunidade que estou tendo, então é para eu aproveitar. Acho que o meu cunhado também vai ficar orgulhoso ao saber que me inspirei nele", relatou.

Fernando tem 19 anos e mais tempo na Fundação. Cumpre pena há 1 ano e 4 meses por homicídio. Disse que foi na unidade que encontrou a oportunidade para estudar

e acabou se interessando por gestão empresarial, curso que quer seguir caso consiga uma boa classificação no Enem.

O rapaz disse que gosta de ler e escrever, portanto a redação não será um problema. Com a ajuda dos professores, que levam provas de anos anteriores, Fernando disse que tira suas dúvidas e estuda em grupo com os colegas. "Minha mãe, que voltou a estudar, ficou emocionada com a minha decisão. Tenho uma filha de 6 anos e quero ser motivo de orgulho para ela. Quero mudar de vida", afirmou o rapaz que também gosta de compor músicas.

Foco na educação

A coordenadora pedagógica Márcia Aparecida Juliak, de 48 anos, está há 11 anos na Fundação Casa e disse que o foco na educação tem sido o diferencial na vida dos internos.

"Para nós, professores e funcionários, é de suma importância. O jovem que chega aqui muitas vezes está há dois, três anos afastado da escola. Então ele passa a se interessar mais. Já tivemos casos de alguns que prestaram o Enem e tiveram uma classificação melhor que muitos alunos que estavam em liberdade", disse.



Professora de matemática e física está na unidade há quase quatro anos

A unidade conta com oito professores contratados pela Secretaria de Educação que dão aulas nas escolas do município e também na Fundação. Os internos estudam das 7h às 12h20 e à tarde têm curso de qualificação profissional, além de arte e cultura, artes plásticas e educação física.

Supresa e aprendizado

Professora de matemática e física, Jéssica Naiara Coernélio Dorinho, de 28 anos, trabalha há quase 4 anos na unidade e disse que desde que chegou ao local se surpreendeu com a capacidade de muitos jovens.

"No começo foi assustador, mas agora eu gosto. A gente tem um preconceito e quando entra aqui vê que não tem nada a ver com o que a gente pensa do lugar. Chegar aqui e encontrar meninos com possibilidades maiores de aprendizado muda todo o pensamento", afirmou.

Com menos alunos do que em uma sala de aula convencional, a professora disse que trabalha melhor. "A gente consegue acompanhar um a um, é quase que uma aula particular. Então, se um menino tem dúvidas, eu consigo sentar do lado e tirá-las. A gente consegue fazer um trabalho mais diferenciado e, em época de Enem, conseguimos conciliar matéria da proposta curricular e matéria que vai cair no exame. Eu fico bem orgulhosa de saber que esses meninos têm interesse, porque eu estudei em escola pública, fiz universidade pública e os incentivo muito. Para mim, é um orgulho", disse, chorando.

Reflexão e amadurecimento

Diretor da Fundação há 3 anos, Marcelo Viana Bareense disse que o principal objetivo da unidade é preparar o jovem para um retorno bem sucedido à sociedade.



Seis internos da Fundação Casa de São Carlos vão prestar o Enem

"Toda nossa diretriz é embasada na parte pedagógica e ressocialização dos meninos, aliando o amadurecimento deles em relação aos atos infracionais que cometeram. Para inseri-los da melhor forma possível, temos que aliar o estudo, porque existe uma evasão escolar muito grande", disse.

Segundo ele, professores e funcionários incentivam os jovens a aproveitar o tempo deles na unidade. "O que eu quero para um parente meu também quero para esses

meninos aqui, até porque o mundo aí fora está difícil, competitivo. Então eles têm que aproveitar esse tempo na Fundação para refletir, amadurecer e se tornar melhores", completou.

**Os nomes dos internos foram modificados para preservar a identidade dos entrevistados.*



Diretor da Fundação Casa, Marcelo Viana Bareense está em São Carlos há 3 anos

Assunto: Em PE, dobra número de detenções por pornografia infantil na internet

Fonte: Portal G1 PE

Data: 14/12/2016



A Polícia Federal em Pernambuco autuou em flagrante um porteiro, de 31 anos, por armazenar em computador portátil material com conteúdo de pornografia infantil. A ação, que fez parte da 'Operação Help', foi realizada em Maranguape I, em Paulista no Grande Recife. Este ano, seis suspeitos foram presos pela PF por crime desse tipo. É o dobro de detenções registradas em 2015.

A captura ocorreu na terça-feira (13), mas só foi divulgada na manhã desta quarta-feira (14). O Grupo Grupo de Repressão a Crimes Cibernético cumpriu também dois mandados de busca e apreensão. As ações ocorreram no local da prisão e em Jardim Paulista, na mesma cidade.



'Operação Help' encontrou conteúdo pornográfico infantil em computador

A PF mobilizou duas equipes e oito policiais agentes. Os mandados foram expedidos pela 4ª Vara da Justiça Federal. Eles apreenderam um notebook, um disco rígido e equipamentos avançados de buscas por imagens ou vídeos de arquivos que contenham material pornográfico infantil.

Levado para a sede da PF, no Centro do Recife, o porteiro confessou que começou a se interessar por pornografia infantil, em 2013. Ele disse em depoimento que se separou da companheira, uma vez que ela apresentava um comportamento violento. Informou também que nunca chegou a produzir vídeos com material pedófilo, nem manteve qualquer relação sexual com criança ou adolescente.

O suspeito foi autuado em flagrante pelo crime contido no Estatuto da Criança e do Adolescente por possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente. A pena prevista é de reclusão, de 1 a 4 anos de reclusão. O autuado pagou uma fiança de R\$ 1 mil e vai responder ao processo em liberdade.

O segundo mandado de busca e apreensão o qual foi cumprido em Jardim Paulista I, não resultou em prisão em flagrante e nenhum material pornográfico infantil foi encontrado nos equipamentos analisados.

Estatísticas

Em 2016, foram feitas seis operações de combate à pornografia infantil. A PF cumpriu 12 mandados de busca e apreensão e dez endereços acabaram sendo fiscalizados. Ao todo, oito cidades foram detectadas com registro de pornografia infantil.

Em 2015 foram feitas quatro operações de combate à pornografia infantil. A PF cumpriu 14 mandados. Ao todo, 24 cidades estavam na lista de investigações.

Operação Help

Em junho deste ano, a PF em Pernambuco realizou outra etapa da 'Operação Help'. Seis agentes cumpriram um mandado de busca e apreensão em Boa Viagem, na Zona Sul do Recife.

A iniciativa foi realizada pela primeira vez no dia 12 de abril deste ano. As investigações começaram há dois anos e foram baseadas em suspeitas de utilização de material pornográfico infantil por usuários da internet.

A partir da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público Federal de São Paulo e uma grande empresa de pesquisa de páginas na internet, foi possível atuar em parceria na troca de informações e detecção das páginas suspeitas de acessar e compartilhar material pornográfico infantil.

Foram identificados arquivos com conteúdo ilícito. Diante disso, a PF instaurou dois inquéritos. Os agentes chegaram aos autores e estiveram nos endereços para cumprir os mandados.

Assunto: Preso que foi denunciado pelo Google por pedofilia na internet é libertado

Fonte: Portal G1

Data: 14/12/2016



O homem de 32 anos que foi preso pela Polícia Federal suspeito de praticar pedofilia pela internet em Barretos (SP) foi libertado na noite desta terça-feira (13). O indiciado possui uma loja de rações e foi preso no dia 21 de novembro. Ele foi flagrado com 30 imagens de crianças no telefone celular, em um tablet e em um computador após investigações baseadas em denúncias do Google.

De acordo com o advogado Diogo Papel, o juiz Alexandre Carneiro Lima afirmou que não existia mais a necessidade de manter o suspeito preso e estipulou fiança no valor de R\$ 2 mil. Diogo afirma ainda que ele e seu sócio, o advogado Merhej Najm Neto, entraram com um pedido de habeas corpus.

O suspeito foi liberado da Penitenciária II de Serra Azul durante a noite de terça-feira, horas após o alvará de soltura ter sido expedido. Ele responde por crimes ligados a pedofilia previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que podem resultar em até dez anos de prisão.

Na época da prisão, não foi concedida a ele a possibilidade de pagar fiança devido à natureza do crime. A polícia ainda apura o envolvimento de outras pessoas encontradas em um grupo de compartilhamento com mais de 260 inscritos no Whatsapp.

Monitorado pelo Google

De acordo com o delegado da Polícia Federal Jackson Gonçalves, as investigações começaram em 2013, depois de denúncias do Google.

"O Google fiscaliza e descobre os arquivos de pedofilia na internet, depois disso encaminha para a Polícia Federal através de uma cooperação internacional onde é feita a descoberta dos IPs [protocolos de acesso à internet] de onde partiram as conexões", explicou na época.

Após rastrear o IP em Barretos, os agentes passaram a monitorar as conexões do usuário suspeito e obtiveram autorização judicial para realizar as buscas nesta segunda-feira, trabalho que resultou na apreensão de um laptop, de um telefone celular e de um tablet na casa do suspeito.

Durante a operação ele foi autuado em flagrante por posse de pornografia infantil, crime que pode resultar em até quatro anos de prisão.

No entanto, segundo o delegado, também há evidências de que o homem divulgou o material, crime que pode gerar mais seis anos de detenção, segundo o ECA.

"Ele foi autuado pelo artigo 241-b do ECA, que é a posse do material de pedofilia, e há veementes indícios de que ele tenha participado da divulgação, que é o artigo 241-a do ECA. Tanto é que nesse caso nem foi arbitrada fiança", afirma o delegado.

Na carteira do empresário, também foram encontradas fotos de crianças que levantam suspeitas, diz Gonçalves.

"Ele carrega com ele fotografias de crianças que alega que são de amigos, sobrinhos ou primos de muito tempo atrás que hoje já são adultos. Foram 17 fotos que estavam na carteira dele, situação bastante estranha".

Assunto: Vara da Infância e Juventude de Palmares promove Curso de Pretendentes à Adoção

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 15/12/2016



O segundo Curso de Pretendentes à Adoção será promovido no auditório do Fórum de Palmares

A Vara Regional da Infância e Juventude da 6ª Circunscrição promove na quinta (15/12) e na sexta-feira (16/12) o 2º Curso de Pretendentes à Adoção, no auditório do Fórum de Palmares Professor Anibal Bruno, localizado na Avenida José Américo Miranda, s/n, em Palmares. O encontro tem como objetivo orientar os cerca de 20 candidatos sobre os aspectos jurídicos, psicológicos, sociais e pedagógicos que envolvem a adoção e o exercício da parentalidade. Os participantes são provenientes do município, além de 17 comarcas circunvizinhas.

O curso aborda a preparação multidisciplinar do candidato à adoção, envolvendo os aspectos psicológicos, sociais e jurídicos necessários à habilitação dos pretendentes no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Segundo o juiz da Vara Regional da Comarca de Palmares, Ricardo de Sá Leitão Alencar Júnior, o encontro é também uma oportunidade de discussão sobre o perfil dos adotados.

“Desmistificamos alguns preconceitos sobre adoção de crianças mais velhas e adolescentes, reduzindo o hiato entre a criança ideal e a real, contribuindo para isso também as experiências relatadas por casais que ampliaram o perfil dos adotados. Refletimos sobre as motivações para adotar e abrimos espaço para que os participantes exponham suas dúvidas e inquietações. Além de debates e palestras, promovemos oficinas e dinâmicas para atingir a todos da forma mais eficaz possível”, afirmou.

Participam da aplicação das dinâmicas e palestras do curso a equipe interprofissional da Unidade Judiciária formada pelos magistrados Ricardo Leitão e Rodrigo Melgaço, pela psicóloga Alina Eucaris, pela assistente social Magaly Barreto e pelos defensores públicos com atuação perante à Vara Regional. O curso contará também com o apoio dos servidores Andressa Claudino, Anderson Magno, Luana Ferreira e Rafael Ventura, que integram a Vara Regional.

O magistrado revela que, antes da implantação da Vara Regional da Infância e Juventude em Palmares, era preciso que os pretendentes à adoção se deslocassem até Recife ou Caruaru para realizar o curso. “O deslocamento acabava encarecendo e desencorajando a habilitação à adoção. Graças a um esforço da nossa equipe, da Coordenadoria da Infância e Juventude e da Comissão Estadual Judiciária de Adoção, os jurisdicionados da região possuem hoje, uma acessibilidade muito maior à adoção legal”, observou.

No primeiro curso, realizado nos dias 16 e 17 de junho deste ano, participaram dez pretendentes. “Com o êxito da iniciativa, os próprios participantes foram agentes multiplicadores nas respectivas comunidades, o que dobrou a demanda para este segundo curso”, disse o juiz Ricardo de Sá Leitão Alencar Júnior.

Segundo o magistrado, além do curso de preparação de pretendentes, a Unidade Judiciária de Palmares também tem investido em outras iniciativas para aperfeiçoar o trabalho desenvolvido na Infância e Juventude. Dentre as quais, capacitação da rede de proteção à criança e ao adolescente, incluindo Conselhos Tutelares, Centro de Referência da Assistência Social e Centro de Referência Especializado em Assistência Social; palestras na rede de Saúde; divulgação e entrevistas na mídia sobre adoção; e entrega voluntária de crianças pelos genitores.

As ações, de acordo com o juiz Ricardo Alencar Júnior, resultaram no aumento do número de adoções deferidas pelo Cadastro Nacional de Adoção na Comarca este ano, que totalizaram 15, inclusive de um adolescente de 12 anos, de grupos de irmãos e outras envolvendo pretendentes internacionais. “Foi um recorde na curta história de vida dessa unidade judiciária e a ampliação do perfil desejado nos deixou muito satisfeitos”, revelou.

Curso – A ação é obrigatória para todos os pretendentes conforme a Lei Nacional de Adoção 12.010/2009 e está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A exigência do ECA, regulamentada no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) pela Instrução Normativa Conjunta 001/2013, prevê que a cada seis meses os juízes da Infância e Juventude promovam cursos preparatórios à adoção.

Assunto: Coca-Cola, Nestlé e mais empresas unificam regras para publicidade infantil

Fonte: Portal Andi

Data: 15/12/2016



Onze empresas multinacionais do setor de alimentos e bebidas firmaram um compromisso para seguirem regras comuns na publicidade voltada para crianças.

A iniciativa, anunciada na última segunda-feira (12), determina que as empresas participantes somente poderão anunciar produtos para crianças menores de 12 anos de idade se estes atenderem aos critérios nutricionais unificados para todo o grupo e definidos de acordo com orientações internacionais. Antes, os critérios seguidos eram estabelecidos por cada empresa.

Participam do acordo Coca-Cola Brasil, Ferrero (dona do Ferrero Rocher, Kinder Ovo, Nutella e Tic Tac), General Mills (Häagen-Dazs e Nature Valley), Grupo Bimbo (Pulmann), Kellogg's, Mars (M&Ms, Twix, Snickers), McDonald's, Mondelez (Lacta, Toblerone, Oreo, Tang, Bubbalo), Nestlé, PepsiCo e Unilever.

As novas regras fazem referência à Política Global de Comunicação de Marketing para Crianças da International Food & Beverage Alliance (IFBA), mas com adaptações para o mercado brasileiro.

A padronização dos critérios nutricionais passará a ser seguida a partir de 1º de janeiro de 2017, considerando um período de adaptação até 31 de dezembro do ano que vem.

Outra mudança será em relação ao aumento da restrição de audiência de público infantil. A nova diretriz que será seguida por essas empresas estabelece que audiências infantis são aquelas cujo público é composto por 35% ou mais de crianças abaixo de 12 anos. O critério anterior era de 50% ou mais.

Monitoramento

O monitoramento das novas regras será feito pela empresa KPMG, que verificará se as campanhas e anúncios feitos ao longo do ano estão de acordo com os critérios acordados.

Segundo a assessoria que representa as marcas participantes, além dessas medidas, cada empresa "pode manter e/ou adotar critérios de publicidade infantil que vão além destes estabelecidos neste compromisso".

As empresas prometem também não realizar comunicações de marketing de produto em escolas em que prevaleçam crianças abaixo de 12 anos, "exceto se solicitado ou acordado com a administração da escola exclusivamente para fins educacionais específicos".

Critérios

Segundo o compromisso firmado pelas empresas, as categorias de produtos anunciados para crianças menores de 12 anos com necessidade de adequação ao critério nutricional são:

- Óleos e gorduras com base vegetal e animal, e produtos à base de gordura e molhos emulsionados
- Frutas, vegetais e sementes e seus produtos, exceto óleo
- Leites, produto lácteos e substitutos do leite
- Produtos à base de cereal
- Sopas, pratos compostos, pratos principais e sanduíches
- Refeições para crianças
- Sorvetes

As categorias que podem ser comunicadas sem necessidade de adequação a critérios nutricionais devido às suas características, segundo as empresas, são:

- Água engarrafada
- Suco 100% fruta
- Produtos 100% à base de fruta ou vegetal, sem adição de sal, gordura ou açúcar
- Produtos 100% à base de sementes e castanhas, sem adição de sal, gordura ou açúcar
- Carne crua
- Gomas e balas "sugar free" (sem açúcar)

Nenhum critério nutricional foi desenvolvido para determinadas categorias, que incluem chocolates, doces e refrigerantes, produtos que as empresas já se comprometem a **não anunciar** para crianças menores de 12 anos.

Assunto: Jovens contam como é viver sem ler nem escrever direito na cidade de São Paulo

Fonte: Portal Andi

Data: 15/12/2016



"Um cara que não sabe ler é um cego da vida", resume José Webson da Silva, 22, sobre sua própria condição.

Meio sem jeito, ele fala de sua vida em busca das letras e dos números que faltam no dia a dia. Como tantos conterrâneos, esse pernambucano de Palmares tinha 17 anos quando fez a travessia para o Sudeste para tentar a vida na quinta maior cidade do mundo: São Paulo, a terra das promessas. Mesmo sendo a mais rica do país, é uma metrópole cheia de histórias de gente que não sabe ler nem escrever um bilhete.

Webson já perdeu emprego porque não conseguiu preencher a ficha do processo seletivo, só enviava áudios pelo WhatsApp e chegou a ficar perdido na estação Sé do metrô porque não entendia as placas.

Até quatro meses atrás, quando voltou a estudar, ele só lia quatro palavras: vaca, tatu, macaco e uva --herança ainda da primeira cartilha. Agora, Webson quer sair da estatística que aponta que 17% dos jovens entre 15 e 24 anos são analfabetos ou analfabetos funcionais (que não compreendem textos simples). O número alarmante, colhido pelo Instituto Paulo Montenegro em parceria com o Ibope e divulgado neste ano, faz parte do Índice Nacional de Analfabetismo Funcional (Inaf), criado para aferir o grau de alfabetização dos brasileiros.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que pesquisou nove regiões metropolitanas do país e reuniu os dados mais recentes de alfabetização dos brasileiros na PNAD (Pesquisa Nacional de Domicílios) divulgada em 2014, o Brasil tem 13 milhões de analfabetos absolutos com mais de 15 anos, definidos como "pessoas que não sabem ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecem". Eram 8,3% da população em 2013, menos do que os 8,7% dos brasileiros pesquisados em 2012 pelo IBGE.

Já os analfabetos funcionais, definidos como pessoas "com mais de 15 anos e menos de quatro anos de estudo em relação às pessoas da mesma faixa etária", eram 17,8% em 2013, também em queda na comparação com o percentual de 18,3% apurado em 2012. Segundo o analista Jefferson Mariano, do IBGE, não há microdados sobre analfabetos funcionais na PNAD. "Essa foi uma variável derivada, apenas para a publicação."

Diferentemente do IBGE, a pesquisa realizada pelo Instituto Paulo Montenegro e Ibope aplicou questionários de alfabetização para definir quem é analfabeto absoluto e também apurar o nível real de aprendizado de quem foi à escola. Foram pesquisadas 2.002 pessoas entre 15 e 64 anos em áreas rurais e urbanas de todo o país.

A pesquisa classifica os brasileiros em cinco grupos em diferentes níveis de alfabetização: analfabeto, rudimentar, elementar, intermediário e proficiente. Nesse conceito, analfabeto absoluto é aquele que não consegue realizar tarefas simples, como ler palavras e frases.

Quem é capaz apenas de localizar informações explícitas em textos muito simples, como calendários e cartazes com sentenças ou palavras relacionadas ao seu cotidiano, e ler e escrever números familiares --como horários, preços e cédulas de dinheiro-- está no nível rudimentar de alfabetização. A partir do nível elementar, os testes exigem habilidades crescentes de leitura e escrita, com identificação de informações em textos de extensão média até elevada complexidade e realização de operações básicas com números da ordem do milhar até a interpretação de tabelas e gráficos. Essa classificação, segundo o Instituto Paulo Montenegro, permitiu "discriminar melhor o grupo dos alfabetizados funcionalmente, atendendo a uma demanda crescente".

Quando se leva em conta somente jovens e jovens adultos entre 15 e 34 anos, o Inaf aponta que 18% estão nas categorias de analfabeto e alfabetizado rudimentar (ou funcional, que não consegue interpretar o sentido das palavras, expressar suas ideias por escrito nem realizar operações matemáticas mais elaboradas). Estamos falando de 12,5 milhões de brasileiros. Há aqueles que não conseguem ler e escrever, outros só são capazes de operações simples que envolvam letras e números e tem gente que lê, mas não consegue interpretar o conteúdo.

"É uma tragédia para esses jovens", afirma Maristela Miranda, diretora da Alfabetização Solidária --organização ligada ao Centro Ruth Cardoso que dá aulas e treinamentos a professores em todo o país desde 1996. "Vivemos em um mundo letrado, que exige, a todo momento, que a gente se posicione de várias maneiras. E a principal qual é? Uma cultura de mundo letrado. Então, como esse jovem se vira dentro desse mundo?"

Em Pernambuco, Webson chegou a alcançar o segundo ano da Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas a mudança para São Paulo e a busca por trabalho o afastaram dos estudos. "O principal fator que entra nessa história é renda. Quanto mais elevada a renda, mais elevado é o nível de alfabetização. Mas, quando a gente fala do jovem que não tem um bom nível, estamos falando da população de mais baixa renda", explica Roberto Catelli Jr, coordenador da Unidade de Educação de Jovens e Adultos, da ONG Ação Educativa.

No caso do jovem com baixa escolaridade, se estabelece um círculo vicioso, segundo Ana Lima, coordenadora do Inaf. Ela afirma que uma pessoa que não tenha ensino médio só receberia oportunidades de trabalho inferiores ao pouco estudo que tem, o que resultaria em poucas chances de se desenvolver mais. Seriam oportunidades pouco qualificadas de emprego, e "a própria atividade dentro do trabalho não vai fazer com que essa pessoa se desenvolva", diz ela. Segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 26% dos brasileiros com idade entre 14 e 24 anos estavam desempregados no segundo trimestre de 2016.

Assunto: Mulheres e crianças têm menos acesso à saúde na América Latina, diz Unicef

Fonte: Portal Andi

Data: 15/12/2016



As mulheres e os menores de idade pobres seguem sendo na América Latina e no Caribe os que menos têm acesso aos serviços de saúde, apesar dos avanços regionais, advertiu a Unicef.

Segundo informe apresentado no Panamá, as desigualdades no acesso à saúde seguem sendo generalizadas na região, especialmente para as mulheres, grávidas e crianças, mesmo que "muitos países da América Latina e Caribe tenham procurado ampliar os serviços de saúde para as populações pobres e vulneráveis".

Essas desigualdades de acesso à saúde que afetam os grupos mais pobres da região os acompanham "durante toda sua vida", adverte o estudo.

Entre os problemas, a Unicef destaca que muitas crianças pobres não são registradas quando nascem, o que faz com que elas não possam acessar os serviços de saúde.

Outros, devido a suas condições de pobreza, morrem por causa de doenças tratáveis e curáveis como pneumonia, asma ou diarreias.

No Haiti, 69 em cada 1.000 crianças nascidas vivas morrem antes dos cinco anos, seguido da Guiana (39), Bolívia (38), República Dominicana (31) e Guatemala (29). Os países com os índices de mortalidade mais baixos em menores de cinco anos são Cuba (4), Antígua e Barbuda (8), Chile (8), Uruguai (10) e Costa Rica (10).

Falha em educação para meninas

O informe destaca também a situação das meninas pobres, as quais recebem a pior educação, que se traduz em uma maior probabilidade de ficarem grávidas precocemente.

De acordo com a Unicef, a região "tem a maior concentração de números de gravidez adolescente no mundo".

Além disso, por terem que cuidar das crianças recentemente nascidas, as mães precoces são impedidas de entrar no mercado de trabalho, o que retroalimenta assim o círculo de pobreza.

Durante as últimas duas décadas, a América Latina "tem realizado importantíssimos progressos econômicos e sociais que impactaram positivamente" milhões de pessoas, disse María Cristina Perceval, diretora da Unicef para América Latina e Caribe, com sede no Panamá.

Ainda assim, a região segue sendo afetada "por profundas dívidas de dignidade e justiça, práticas sociais e mecanismos institucionais que reproduzem a violência e perpetuam a pobreza e exclusão", alertou.

Assunto: Reino Unido é primeiro país a legalizar filhos com DNA de três progenitores

Fonte: Diário de PE

Data: 15/12/2016



Londres - O Reino Unido se converteu nesta quinta-feira no primeiro país a permitir e regular a concepção in vitro de crianças com o DNA de três pessoas para prevenir doenças hereditárias graves, após a autorização do organismo regulador.

A Autoridade de Fertilização e Embriologia (HFEA) retirou com sua autorização o último obstáculo para permitir a técnica, "pioneira no mundo" e um momento "histórico", nas palavras de sua presidente, Sally Cheshire.

Assunto: Mães adotantes terão direito a mesmo período de licença-maternidade concedido a gestantes

Fonte: IBDFAM

Data: 15/12/2016



O presidente Michel Temer aprovou, na segunda-feira (12), parecer da Advocacia Geral da União (AGU) que estabelece licença-maternidade às mães adotantes. Portanto, ao adotar, servidoras públicas terão direito a 120 dias de licença – remunerados –, mesmo período concedido às gestantes. O prazo ainda pode se estender por mais 60 dias. O principal objetivo do texto é demonstrar a necessidade de que todos os órgãos da Administração Pública Federal apliquem tese consolidada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na RE 778.889 – em março deste ano, com relatoria do ministro Luís Roberto Barroso –, que prevê tal equiparação.

A licença será conferida às mães independentemente da idade do filho adotado. A regra, conforme o parecer, evita empecilhos à adoção de crianças mais velhas, que, normalmente, são menos procuradas pelos adotantes. “Ora, se, para filhos biológicos, conectados às suas mães desde o útero, jamais negligenciados, jamais abusados, jamais feridos, há necessidade de uma licença mínima de 120 dias, violaria o direito dos filhos adotados à igualdade e à proporcionalidade, em sua vertente de vedação à proteção deficiente, pretender que crianças em condições muito mais gravosas gozem de período inferior de convívio com as mães”, observou o ministro Barroso em seu voto.

Para Silvana do Monte Moreira, presidente da Comissão de Adoção do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e diretora da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção (ANGAAD), “os impactos desta decisão serão muito favoráveis, pois o quantitativo de adolescentes e de crianças maiores no Cadastro Nacional de Adoção é bem maior que o de crianças menores, e é para esse público que o Estado precisa voltar o seu olhar. Hoje, temos 7.266 crianças/adolescentes disponíveis à adoção, sendo que, desse total, 61,82% têm mais de oito anos de idade”, declara.

A advogada, que também é especialista em Direito da Infância e da Juventude, chama a atenção para pontos referentes à adoção que ainda precisam ser repensados. De acordo com ela, as crianças continuam sendo tratadas como objeto de propriedade dos genitores, com os quais mantêm apenas laços de sangue, sem o devido afeto. “A política do ‘coitadismo’ dos pais, que maltratam, abusam e abandonam, precisa parar. Não foi para genitores irresponsáveis e incapazes de exercer o poder familiar que a propriedade absoluta foi conferida por nossa Constituição Cidadã. O único sujeito de direito, a quem se concedeu tal prioridade, foi a criança/adolescente”, afirma.

A LUTA DO IBDFAM EM PROL DO INCENTIVO À ADOÇÃO

O Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), representado por sua Comissão de Adoção, tem participado de palestras e reuniões, como também tem realizado convocações

conjuntas de audiências públicas, a fim de assegurar a crianças/adolescentes acolhidas o direito à prioridade absoluta. O Instituto, em parceria com a AASP – Associação dos Advogados de São Paulo, se fez presente, ainda, na reunião realizada no Ministério da Justiça, que tratou do Anteprojeto de Lei proposto com o objetivo de agilizar os procedimentos de adoção.

“O IBDFAM luta por esse público, invisível para a sociedade. Hoje existem, oficialmente, mais de 40 mil crianças/adolescentes acolhidas no Brasil, dos quais apenas menos de 20% se encontram disponíveis à adoção. Os demais continuam no limbo jurídico: não são reinseridos nas famílias de origem nem são desmobilizados à adoção. O tratamento dado pelo Estado às nossas crianças/adolescentes é desumano e cruel”, afirma Silvana do Monte Moreira.

Assunto: Programa Mãe Coruja recebe prêmio em defesa dos direitos da criança

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 15/12/2016



Com a intenção de homenagear pessoas físicas e jurídicas que realizam ações em prol dos direitos das crianças e adolescentes no Estado de Pernambuco, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PE), realizou na última terça-feira (13), solenidade de entrega do 8º prêmio Márcia Dangremon, no auditório do Banco Central, localizado na Rua da Aurora, em Santo Amaro.



Indicado para premiação na categoria Pessoa Jurídica de Direito Público, o Programa Mãe Coruja foi homenageado. O programa estadual, presente em 105 municípios de Pernambuco, tem como foco combater a mortalidade materna e infantil, atuando nos eixos de Saúde, Educação, Desenvolvimento Social e Assistência. "O Mãe Coruja nasceu de um desejo de trabalhar com uma sociedade que caminhasse para diminuir a desigualdade, que olhasse para o estado de Pernambuco e desse a mesma chance de sobrevivência para a criança nascida no Recife, na Zona da Mata, no Agreste e no Sertão. A gente precisava de um Programa que desse conta de resgatar os vínculos afetivos entre mãe e filho, colocando afeto nas políticas públicas, pois atrás dos números, tem pessoas", explicou a coordenadora do Conselho Consultivo do Programa Mãe Coruja Pernambucana, Ana Elizabeth de Andrade Lima.

O prêmio homenageia a socióloga Márcia Hooper da Silva Dangremon, que ficou conhecida no Estado de Pernambuco por atuar em defesa das mulheres, crianças e adolescentes, contra a exploração sexual e a violência doméstica. Dangremon foi uma das idealizadoras da Rede de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e uma das fundadoras do Coletivo Mulher Vida.

O prêmio é um reconhecimento público do CEDCA/PE dado a pessoas, físicas e jurídicas, que se destacaram na promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes no Estado de Pernambuco e está dividido em seis categorias: pessoa física, pessoa jurídica de direito privado, jovem oriundo de programas sociais ou que passou por medidas protetivas ou socioeducativas, profissional de comunicação, pessoa jurídica de direito público e pessoa

in memoriam. A solenidade integra as comemorações do Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebrado em 10 de dezembro.

Assunto: Prêmio Márcia Dangremon destaca personalidades engajadas na defesa da criança e do adolescente

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 15/12/2016



A entrega dos certificados aconteceu, nesta terça-feira, no auditório do Banco Central, no Recife

Os seis homenageados na 8ª edição do Prêmio Márcia Dangremon foram apresentados à sociedade, nesta terça-feira (13.12), em um ato no auditório do Banco Central, no Recife. Realizada pelo Governo de Pernambuco, a cada dois anos, a premiação condecora pessoas, empresas e instituições públicas comprometidas com a defesa dos direitos da criança e do adolescente. Para a presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco (CEDCA - PE), Lourdes Viana, a iniciativa renova o trabalho da entidade.

"O prêmio é importante para nós que fazemos o Conselho sabermos que não estamos sozinhos. Tem muita gente boa nesse Estado trabalhando no anonimato na defesa dos direitos", salientou Lourdes. As indicações foram realizadas por órgãos governamentais e entidades que compõem o CEDCA. A gestora disse que a escolha dos agraciados foi uma missão árdua. "Fizemos um levantamento no Estado de pessoas e entidades que tinham o perfil do prêmio que se baseia na vida e na luta de Márcia Dangremon", completou.

O programa Mãe Coruja foi destaque na categoria órgão governamental. Para a coordenadora do Núcleo de Comunicação e Arte do Programa, Danielle de Belli, esse prêmio ratifica as ações da iniciativa. "O prêmio consolida a questão da escala do programa, do reconhecimento que o Mãe Coruja tem como ação exitosa voltada para a criança. Então, além dos prêmios que ele já recebeu da ONU e da OEA, o Márcia Dangremon dado pelo Conselho Estadual é um reconhecimento importante para a causa da infância", frisou Danielle, que também integra o Conselho.

Conhecida por absorver mão de obra de jovens em liberdade assistida, Rose Guareschi, do Grupo Julietto, também foi agraciada com o prêmio na categoria empresarial. A empreendedora disse que o destaque oferece mais força para continuar. "É um reconhecimento desses 15 anos de trabalho do Grupo Julietto. Não que a gente trabalhe preocupado com esse reconhecimento. Mas, a cada dia que passa, a gente se preocupa em ser exemplo, em mostrar que dá para fazer para que mais gente faça", pontuou Rose.

Outras quatro personalidades foram agraciadas com o prêmio nesta edição: Josenildo André Barbosa, na categoria personalidade; Ronan Drummond Afonso Ribeiro, na categoria profissional de comunicação; Jonas do Nascimento Tavares, na categoria adolescente oriundo de programas sociais, que passou por medidas protetivas; e Jaciara Arruda, na categoria personalidade In Memoriam.

ENGAJAMENTO - O prêmio é uma homenagem à socióloga Márcia Hooper da Silva Dangremon, nascida em 1940, na cidade de Vitória, no Espírito Santo. Márcia ficou conhecida em Pernambuco por ser detentora de uma personalidade vibrante e apaixonada pela luta em defesa das mulheres, crianças e adolescentes, contra a exploração sexual e a violência doméstica. Falecida em 1999, ela foi uma das idealizadoras da Rede de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e uma das fundadoras do Coletivo Mulher Vida.

Também participaram desta solenidade o secretário de Imprensa, Ennio Benning; o secretário executivo de Criança e Juventude, João Suassuna; além de articuladores sociais, empreendedores e gestores.

Assunto: Meta 8 do CNJ incentivou práticas de Justiça Restaurativa pelo país em 2016

Fonte: CNJ

Data: 16/12/2016



Sete Tribunais de Justiça (TJs) do país cumpriram 100% da meta 8 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2016, para implementação de projeto e oferecimento de práticas de Justiça Restaurativa, implantando ou qualificando pelo menos uma unidade para esse fim até o fim deste ano. Os resultados parciais do cumprimento das metas do CNJ foram divulgados durante o 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário, ocorrido no início deste mês, em Brasília, e revelam que, até setembro, a meta 8 foi cumprida integralmente pelos Tribunais de Justiça do Acre, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.



Justiça Restaurativa melhora relacionamento entre menores em Mato Grosso

A meta 8 foi destinada apenas à Justiça estadual com a intenção de incentivar o uso da Justiça Restaurativa, uma perspectiva de solução de conflitos que envolve a aproximação entre vítima, agressor, suas famílias e a sociedade na reparação dos danos causados por um crime ou infração. O percentual médio de cumprimento desta meta até setembro foi de 52,91%, sendo que os tribunais da região Sul do país atingiram o melhor percentual de cumprimento (90,48%), seguido pela região Centro-Oeste (89,29%), Norte (66,67%), Sudeste (42%) e Nordeste (19,5%).

Formação de servidores – Um dos pioneiros nas práticas restaurativas no Brasil, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) já conta com 22 unidades judiciárias de Justiça Restaurativa no estado. Para o juiz do TJRS Leoberto Brancher, uma das estratégias adotadas pelo tribunal que possibilitaram o cumprimento da meta 8 foi o Programa de Formações, para capacitação de servidores judiciais como instrutores. “A ‘menina dos olhos’ vem sendo a aplicação dos valores, princípios e práticas restaurativas na área de gestão de pessoas, objetivando maior horizontalidade, integração de equipes e autonomia nas relações de gestão das unidades judiciárias”, afirmou o magistrado. Segundo ele já passaram pelo processo de “sensibilização” 901 servidores e 100 deles foram formados como facilitadores de práticas restaurativas ao longo de 2016.

Para a Corregedora-Geral da Justiça, desembargadora Iris Helena Medeiros Nogueira, o alcance do cumprimento de 100% da Meta 8 do CNJ é resultado da política institucional do TJRS que implantou o Programa Justiça Restaurativa para o Século 21, por iniciativa da

Corregedoria-Geral, em novembro de 2014. “Há um planejamento de ações para que essa implantação prossiga no próximo ano, sobretudo em razão das boas experiências que vêm sendo noticiadas pelos juízos que estão utilizando esse método de autocomposição de litígios”, disse a desembargadora Iris.

Método vítima-ofensor – Outro tribunal a atingir 100% da meta 8, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) possui polos de Justiça restaurativa nas cidades de Planaltina e Núcleo Bandeirante e deverá instalar, em 2017, unidades em Taguatinga e no Gama.

A técnica utilizada pelo TJDFT, chamada Mediação Vítima-Ofensor (uma das várias metodologias utilizadas em justiça restaurativa), consiste na utilização de métodos próprios para a promoção de um encontro, em um ambiente seguro, com a finalidade de restaurar as marcas deixadas pelo crime, sob a perspectiva da vítima, do ofensor e, quando cabível, da comunidade, indo além da exclusiva imposição de uma pena.

Em junho, o servidor do TJDFT Júlio Cesar Rodrigues de Melo venceu a 6ª edição do Prêmio Conciliar é Legal, promovido pelo CNJ, na categoria instrutores em conciliação e mediação. O curso Procedimento da Metodologia Vítima-Ofensor (MVO), idealizado por Melo e no qual foi instrutor, é ministrado para servidores e voluntários do Judiciário brasileiro e se destina a qualquer pessoa que possua curso superior e curso de mediação judicial. “Para as vítimas, a justiça restaurativa é uma oportunidade de superação dos traumas produzidos pelo crime, e de reparação pelos danos decorrentes, sejam estes físicos, morais ou psicológicos. Para o réu, é uma oportunidade de responsabilização por todas as consequências decorrentes do crime”, disse Melo, na ocasião do recebimento do Prêmio pelo CNJ.

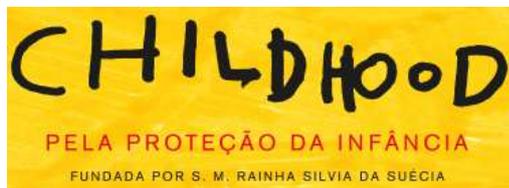
Outras iniciativas - No Paraná, a política de Justiça Restaurativa é normatizada pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), que apoia o projeto desenvolvido em Ponta Grossa. Pioneira no estado, a iniciativa começou em 2014 a partir da capacitação para juízes e servidores, ministrada pela Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul. Os profissionais envolvidos aprimoraram os conceitos, conheceram projetos existentes e decidiram aplicar práticas restaurativas por meio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus).

Já o programa de Justiça Restaurativa Juvenil de Campo Grande/MS completou seis anos em 2016. O serviço atende adolescentes infratores que respondem a processos criminais pela Vara da Infância e Juventude, para que sejam adotados procedimentos restaurativos entre os ofensores e seus familiares, como também às vítimas e membros da comunidade. O programa foi criado a partir da parceria entre o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (TJMS) e o governo do estado, com a participação da Coordenadoria da Infância e Juventude e da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Assunto: Iniciativas de empoderamento de meninas são lançadas em Brasília

Fonte: Childhood

Data: 16/12/2016



A exploração sexual de crianças e adolescentes acontece por diversos fatores, entre eles a desigualdade de gênero é um dos que mais prejudicam o seu enfrentamento. Por conta disso, aconteceu hoje, em Brasília, a reunião entre representantes de organizações da sociedade civil, governo e organismos internacionais, que discutiu propostas e promoveu debates sobre a igualdade de gênero e o empoderamento de meninas no país, realizada em uma parceria entre o UNICEF e as organizações sociais Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente (Indica) e Plan International Brasil, com apoio da Childhood Brasil e da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

Realizado na sede da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, o evento promoveu, também, o lançamento do Caderno de Boas Práticas: Empoderamento de meninas – como iniciativas brasileiras estão ajudando a garantir a igualdade de gênero. Também foram anunciadas duas iniciativas: a Rede de Promoção dos Direitos das Meninas e Igualdade de Gênero e o Projeto Hoje Menina, Amanhã Mulher.

A Gerente de Programas e Relações Empresariais da Childhood Brasil, Eva Dengler, esteve presente no evento para falar sobre o empoderamento de meninas, junto com outras mulheres como Cláudia Vidigal, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente; Flavia Piovesan, Secretária Especial de Direitos Humanos; Heloísa Oliveira, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Lançamento de publicação

Produzido pelo Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente (Indica) em parceria com Plan International Brasil e UNICEF, o Caderno de Boas Práticas: Empoderamento de meninas – como iniciativas brasileiras estão ajudando a garantir a igualdade de gênero” apresenta um mapeamento de experiências sobre o tema, implementadas por organizações da sociedade civil e pelo poder público. Os projetos foram sistematizados como referência para elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas essenciais para o desenvolvimento das meninas no Brasil.

Ampliação do projeto Hoje Menina, Amanhã Mulher

Uma das experiências descritas no Caderno de Boas Práticas é o Projeto Hoje Menina, Amanhã Mulher. Por meio dessa iniciativa, meninas que vivem em comunidades de baixa renda nesses municípios participarão de oficinas sobre identidade, educação financeira, saúde sexual e reprodutiva e cidadania. Os gestores municipais também serão mobilizados para que

seja construído, de maneira participativa, um plano de ação que impacte positivamente o desenvolvimento das meninas.

Rede pela Igualdade de Gênero

A iniciativa de organizações da sociedade civil coordenada pela Plan International Brasil, lançada Viviana Santiago, Gerente Técnica de Gênero da Plan International Brasil, e Marianna Gomes Pereira, adolescente representante do FazProjeto, visa ao acompanhamento do poder público na implementação das metas estabelecidas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 sobre igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas.

As iniciativas e a publicação lançadas no evento procuram ampliar o diálogo entre sociedade civil, organismos internacionais e governo sobre possíveis estratégias para compreender os desafios enfrentados por meninas no Brasil, enfrentar as desigualdades de gênero e empoderar meninas a partir da infância e a adolescência.